

**POLÍTICAS EDUCATIVAS, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO: DIÁLOGOS E AÇÕES**  
***POLÍTICAS EDUCATIVAS, GESTIÓN Y PARTICIPACIÓN: DIÁLOGOS Y ACCIONES***  
***EDUCATIONAL POLICIES, MANAGEMENT AND PARTICIPATION: DIALOGUES AND ACTIONS***

 Ana Claudia Dantas CAVALCANTI  
Universidade Federal da Grande Dourados  
e-mail: anacavalcanti@ufgd.edu.br

| 1



**Como referenciar este artigo**

FURTADO, A. C. Políticas educativas, gestão e participação: Diálogos e ações. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. esp. 1, e021009, 2021. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v11iesp.1.16505>

**Submetido em:** 17/06/2021

**Revisões requeridas em:** 12/08/2021

**Aprovado em:** 17/09/2021

**Publicado em:** 30/10/2021

A contemporaneidade apresenta-se numa fase de readequação de valores. A transição para o século XXI nos instiga de forma nostálgica a pensar: Onde se encontra hoje o sentido da Place de Gréve ou da Place de la République na França? Em que ponto encontrar o sentido solidário e de coesão dos antigos movimentos sociais dos idos anos 1980? Em que localidade restauramos o sentido do 1º de maio?

O globo terrestre: norte, sul, leste, oeste, vive atualmente no paraíso do mercado, com raríssimas exceções. Em companhia a era da mercadorização (inclusive estatal) - identificamos o predomínio das tecnologias, dos mercados financeiros e novos meios de comunicação e informação. Diante deste quadro, refletimos: O que era sólido virou flexível? A mobilização sindical se rendeu à força sindical – na adequação semântica do termo – em parceira com o capital? A luta hoje se resume a nos mantermos exploradamente vivos?

O leste europeu sucumbiu às investidas de transição para um pós-modelo de desenvolvimento ou ‘novo modelo de desenvolvimento’, distante do modo de produção capitalista, e hoje o cenário é a coesão para os ricos e, na outra extremidade, a flexibilização para os que trabalham. Somos muitos percentuais (%) globais que produzem as riquezas para os poucos percentuais (%) globais que dela usufruem. Isso não é novidade, mas a distância entre ambos os percentuais aumentou consideravelmente nesses tempos modernos! A crise do capital instalada no final do século XX, ao planejar saídas de reprodução e manutenção de suas bases, justifica ações de manutenção das extremidades entre ricos e pobres com ação estratégica no setor da educação entre os séculos XX e XXI, na perspectiva de manter suas bases de exploração e na manutenção da subsistência do referido modelo de desenvolvimento.

A famosa Era dos Anos 1990 no Brasil, iniciada por Collor de Melo, continuada por Fernando Henrique Cardoso até a presente data, apresenta sua adequação às ideias globais, que aprofundam os ideais da agressividade capitalista. Nesse período, destacamos o reinado do professor tucano, que instaurou o processo de mumificação da cidadania, calcada nas decisões das vozes populares, dos anos 1980.

Tempo da financeirização do estado, da flexibilização do trabalho, apoiados pela nova estruturação do capital e pelas organizações internacionais que, sob o tripé da injeção de recurso, mudança de currículo e formação de professores, instauraram as novas significações da estrutura educacional para atender aos ideais de mercado.

Por mais que forças contraditórias se enfrentem nesse conjunto de concepções, o ‘ponteiro’ tende para indicar ideias neoconservadoras de cunho neoliberais concebidas mundialmente, e especificamente no Brasil, apoiadas pelo tutelado presidencial do estado gerencial. É importante frisar o aparato do modelo do Estado gerencial no Brasil, porque este

modelo tem acolhido diferentes governos, a partir da década de 1990, sejam governos neoconservadores, governos progressistas e/ou ditos socialistas.

Do ponto de vista social, temos movimentos urbanos inclusos na vasta onda do consumo de *shopping center*, travando uma guerrilha despolitizada do ‘todos contra todos’ no campo de batalha dos ‘sem nada’. Uma verdadeira campanha de banalização dos valores culturais, históricos, criativos, artísticos de cultura e da organização popular.

Sob o enfoque político, uma completa alegoria aos valores globais de cidadania e direitos humanos pautados nas bases liberais da competição, da concorrência, do mérito, do individualismo, da eficiência, da eficácia e na disposição do trabalho cognitivo, comportamental, coletivo e de liderança, presentes nos discursos da educação de qualidade em favor das forças produtivas, dentre outros, com foco no classificado cidadão/cliente consumidor.

Sob estes aspectos, a educação tem um papel fundamental, seja no reforço de tais ideais modernos, seja de sublevação de um pós modelo de desenvolvimento, ainda não ultrapassado porque a história ainda não acabou, mas existe e resiste no tempo. Diálogos educativos exigem embate neste mundo global e sem fronteiras. Ações demandam campo público e político, que busquem o estilo das vozes reivindicantes da Place de Gréve e da Place de la République. O momento não é de alfinetar idealizações e projetos de ruptura, que se encontram no mesmo campo de idealizações, mas fortalecer os processos de democracia e participação cidadã, por onde se fortalecerão as bases e os acessos da materialização de tal projeto.

Por tal intento, este dossiê da Revista Educação & Fronteiras, sob o título: ‘Políticas Educativas, Gestão e Participação: diálogos e ações’ se propõe a refletir sobre o momento atual da educação neste contexto, eliminando nossas fronteiras, dialogando com dimensões capazes de um agir educativo de pronunciamento. As políticas educativas, de gestão e a participação cidadã, balizadas no contexto do diálogo e da ação, afirmarão bases que incluem a autonomia do sujeito como ser protagonista de vida de qualidade. É tempo de afirmar e reafirmar afirmando! A concepção racional dialógica, fundamentada no diálogo e autonomia, subsidiará as vertentes de uma ação capaz de potencializar desenvolvimento. O Dossiê resulta de reflexões e pesquisas sobre política, participação e gestão da educação e sob formas de criar perspectivas de diálogos e ações no campo educativo.

Partimos da visão crítica de Ruben Marreiro, Ana Claudia Dantas Cavalcanti, Sara Saraiva e Carmen Cavaco que investigam o espaço da educação na ação política, vista sob a ótica das propostas dos governos no Brasil e em Portugal, delimitando as últimas eleições presidenciais nesses países. A pesquisa busca compreender qual o lugar que a Educação de

Adultos assume nos planos de governo dos partidos políticos do Brasil e Portugal. As propostas condizem com a realidade internacional e local? Quais as finalidades que estes programas elencam para a Educação de Jovens e Adultos? Esse debate é central para as políticas públicas educacionais? E, nessa linha de investigação, o desenrolar na busca por respostas, compara a intencionalidade dos partidos que pretendem assumir o cargo maior de chefe do executivo dos países investigados.

Em prosseguimento, os estudos e análises de Assis Leão e Maria Dayanne evidenciam a discussão da importância da formação cidadã, na perspectiva de controle social e do protagonismo juvenil. As reflexões vão desde o reconhecimento do potencial juvenil para a participação em processos em instâncias decisórias, evidenciando por outro, a ausência de espaços de formação e ação para essas questões. Seria injusto pensar que a ausência de tais espaços institucionais para o exercício da cidadania é parte do projeto do estado sob as bases da concepção gerencial?

Ana Paula Romão Ferreira e Ancelmo R. da Silva discutem o papel da comunidade quilombola no processo de descolonização da gestão escolar. Assim, instrumentos de gestão como o Projeto Político-Pedagógico na perspectiva da construção coletiva dos processos educativos formais escolares e, por outro lado, a participação direta da comunidade escolar na gestão democrática obtiveram impacto positivo na qualidade educacional? Tais experiências locais contribuem para o diálogo em torno das práticas educativas com base na participação coletiva, no processo de gestão educativa. Nessa perspectiva, haveremos de refletir sob os processos de descolonização da gestão escolar para subsidiar uma insurreição de ideias no campo da educação, a partir do exemplo do protagonismo da comunidade da escola quilombola.

Em continuidade, Pollyanna N. de Oliveira e Alice Botler discutem sobre concepção de alfabetização nas pesquisas em políticas educacionais. Nesse espaço, as autoras refletem sobre a democratização na aquisição da linguagem do público estudantil, identificando o espaço local como fator complexo e criativo na qualificação dos processos educativos. A linguagem na base do campo democrático da aprendizagem e do conhecimento é o caminho que leva ao fortalecimento e ao amadurecimento de práticas de participação e da democracia no âmbito sociocultural da sociedade.

Seguindo as reflexões da formação sob o aspecto da política de formação continuada de professores, Áurea Augusta R. da Mata, reflete a política nacional com foco nas ações do estado tomando por exemplo o estado de Pernambuco. Como se encontra o ordenamento dessas políticas do ponto de vista legal e curricular? Qual a lógica que permeia a condução da formação de professores no estado? Elas estão dispostas na perspectiva de fortalecimento do trabalho

docente? Essas indagações percorrem o trabalho de pesquisa reafirmando a necessidade da ciência da educação em explorar essas questões e apontar caminhos que conduzam ao diálogo.

A perspectiva do dossiê, ao convidar pesquisadores de diferentes países e estados, vem com o intuito do diálogo que ultrapasse paradoxalmente fronteiras políticas no espaço global. Acrescente-se a objetivação do desenvolvimento de ações que venham a fortalecer o debate crítico na consolidação das políticas e da gestão da educação.

Nessa objetivação, Luiz de Souza Júnior, Damião de Lima e Sérgio Andrade de Moura, apresentam a discussão sobre a efetividade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no estado da Paraíba no período 2007/2019. Os autores analisam tal efetividade na perspectiva de apresentar resultados objetivos, no que concerne ao atendimento do desenvolvimento do ensino básico. Para além dessa perspectiva, alinham a reflexão ao direito constitucional da educação básica. Apesar do fluxo regular e de seu amparo legal, o FUNDEB no estado conseguiu contribuir para o avanço e melhoria do sistema de educação? A presença efetiva dos recursos implica no aumento da oferta da educação na perspectiva normativa do direito constitucional de educação para todos? Essas indagações estão na base do olhar investigativo da pesquisa dos autores, que, ao extrapolar os limites das fronteiras nacionais, propiciam elementos de debate e organização das sociedades civil e política. Que os caminhos do debate sejam públicos e em espaços públicos.

Luciana Marques e Iágrici M. de L. Maranhão trazem à tona a discussão da centralidade do modelo gerencial de estado no âmbito da formação de gestores no Estado de Pernambuco, resultante da Reforma do Estado, iniciada na década de 1990, com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Elucidam sobre a Nova Gestão Pública e seus objetivos em trazer eficiência e resultados econômicos ao Estado. As autoras refletem sobre a perspectiva da formação de gestores escolares tendo por base a cultura dos resultados e sob os pilares fincados na meritocracia e bonificação. Por essas constatações, tomam por base o Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco – PROGEPE. Qual a qualidade de educação que foi construída na rede pública em Pernambuco sob a perspectiva gerencial de estado? Em que medida a política gerencial implica na construção e elaboração de aferição da qualidade da educação a partir das avaliações externas e dos índices educacionais no estado? Essas questões reverberam na organização da gestão escolar?

A mesma linha de investigação foi tomada por Luiz Alberto R. Rodrigues que pesquisa sobre a formação do gestor escolar em Pernambuco. O autor limitou sua investigação no período de 2012 a 2019, na análise das concepções de gestão no estado de Pernambuco. Através

do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco – PROGEPE, a análise reflete sobre os embates entre os conceitos de gestão escolar democrática e as correntes do gerencialismo, com a gestão por resultados adotada pelo estado. O autor pondera sobre esta colisão na representação das instituições que se unem para a execução do referido projeto. Se, por um lado, a Universidade de Pernambuco - UPE e outras universidades parceiras deste projeto, tencionam fortalecer o conceito crítico da gestão educacional, a partir da perspectiva democrática de gestão, por outro, o Estado de Pernambuco pretende reforçar a lógica gerencial de estado. Por este esbarrão conceitual, o que preponderou na formação dos gestores foi o campo crítico-conceitual acadêmico ou o instrumental institucional? Esta análise nos leva a entender o campo das forças da política gerencial subsidiada na esfera neoliberal que contornam a educação nacional.

É interessante notar que as pesquisas apontam fatores que influenciam a qualidade da educação: os planos e intenções de governo, a maneira como você age intersubjetivamente com os sujeitos envolvidos numa perspectiva democrática no âmbito das decisões coletivas que afetam aos processos educativos, como o currículo, os projetos políticos-pedagógicos escolares, a gestão democrática, o financiamento da educação, a formação de professores, gestores, técnicos administrativos, dentre outros. | 6

O trabalho de pesquisa de Ana Maria S. Pereira culmina os debates na discussão sobre a pedagogia da alternância e a curricularização da extensão popular na formação de professores. A formação de professores exerce influência sobre a concepção da educação? Os princípios da ética e da autonomia provocam consequências diretas na prática docente e de cidadania na perspectiva interdisciplinar e planetária? A análise tem como campo os estudantes do campo, no âmbito do PRONERA, em Curso de Licenciatura em Geografia da UPE/Campus Mata Norte. Educação e cultura foram explorados cientificamente em área de assentamento e acampamento de Reforma Agrária. De que maneira a pedagogia da alternância articula e dialoga com saberes científicos, pedagógicos numa perspectiva intercultural? Esse diálogo implica na melhoria da curricularização da extensão popular da formação inicial dos professores? O fortalecimento da culturalidade e interculturalidade podem ser vistas como um processo de fortalecimento do diálogo e ações no processo de desenvolvimento do protagonismo social nesses tempos.

O trabalho de Andreia Vicência e Pamela Gimenes apreende a concepção de gestão democrática e gestão gerencial a partir de uma revisão bibliográfica. A temática é de importância relevante nos tempos atuais, considerando a necessidade de explicitar as especificidades do modelo do estado gerencial e suas perspectivas no âmbito do modelo de

participação e democracia.

Os tempos modernos sinalizam que o processo de globalização requer respostas não só locais, mas que venham a incluir outros poderes locais. Vamos começar a ventilar com as nossas cidades gêmeas. O trabalho de Mara Marques sinaliza a necessidade de refletir a educação na perspectiva da construção de suas políticas em população fronteiriça. Assim, tratar a política de formação de professores no espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai, por exemplo e foco da pesquisa, sinaliza a necessidade do diálogo para a edificação de espaços interculturais – importante dimensão para observação de limites e superação de desafios - na perspectiva de conceber as melhores formas de uma educação que construa sujeitos autônomos na potencialização da ação de transformação.

O dossiê apresenta uma proposta de análise das políticas em diálogo na perspectiva de construir ações de enfrentamento às questões que nos são adversas nesse mundo sem fronteira, onde o capital habita. Havemos de refletir na transposição de uma educação que contempla uma lógica neoliberal de mercado, para uma educação com alternativa, de ser uma gestão pública, laica, de qualidade, centrada na lógica do tripé: desenvolvimento humano, do protagonismo do sujeito e participação para formação cidadã.

E, por fim, o dossiê incorpora a resenha do livro *Ensino médio em reformas: trabalho, políticas, cotidiano* de Jean Mac Cole Tavares Santos, Elione Maria Nogueira Diógenes e Rosemeire Reis; de autoria de Camila Ferreira da Silva, intitulada “Que Ensino Médio?”

Que as reflexões congregadas neste dossiê possam mover os sujeitos sociais e políticos, mover uma educação que estabeleça, no diálogo, a fonte significativa de ação e execução.

Nosso agradecimento especial a Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação – PPGEdU/UFPA/FAED, que nos possibilitou a discussão nesse espaço, aos autores, aos pareceristas, aos editores, aos funcionários e colaboradores, meu profundo respeito e consideração. Não poderia deixar de registrar o enfrentamento à pandemia no decurso deste trabalho. Assim, aos que venceram o vírus, aos que viram seus familiares vencendo a COVID-19, aos que perderam seus familiares e aos que ainda lutam contra o vírus e suas mazelas, nosso profundo respeito e solidariedade.

| 7

## Sobre a autora

**Ana Cláudia Dantas CAVALCANTI**

Editora.

**Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Correção, formatação, normalização e tradução.

